

De começos e anexações. Primeiras apropriações de Álvaro Lins em Portugal¹

Flávio Weinstein Teixeira² 

Resumo: Interessado em reconstituir as relações e formas mediante as quais se deram as primeiras assimilações de Álvaro Lins em territórios intelectuais e literários portugueses, este artigo resulta de uma pesquisa conduzida em arquivos portugueses – basicamente, imprensa periódica. Este esforço se mostra particularmente pertinente num momento em que, dado o protagonismo de A. Lins em episódio tão importante para a história política recente de Portugal, como foi o caso do asilo concedido ao Gal. Humberto Delgado, em 1959, as novas gerações de historiadores têm esquecido que se tratava, antes de tudo e principalmente, de um escritor e crítico literário. O que se procura aqui entender é como, então, se deu essa primeira anexação de A. Lins ao campo intelectual português? Como foi lido, apreendido, assimilado? Por que meios se tornou conhecido? Que relações foram, a partir daí, tecidas? Que usos, sua obra suscitou?

Palavras-chave: Álvaro Lins. Campo literário. Portugal.

FROM BEGINNINGS AND ATTACHMENTS. FIRST APPROPRIATIONS OF ÁLVARO LINS IN PORTUGAL

Abstract: In order to reconstruct the relationships and forms through which Álvaro Lins first assimilated into Portuguese intellectual and literary territories took place, this article result of a research in Portuguese archives – periodical press, basically. This effort is particularly relevant at a time when, given the role of A. Lins in an episode as important for the recent political history of Portugal – the asylum granted to Gal. Humberto Delgado –, the new generations of historians have forgotten that he was, above all and mainly, a intellectual. What we try to understand here is how did this first annexation of A. Lins to the Portuguese intellectual field take place? How he was read, learned, assimilated? By what means did he become known? What relations were, from then on, built? What uses did your work evoke?

Keywords: Álvaro Lins. Literary field. Portugal.

DES DÉBUTS ET DES ATTACHEMENTS. PREMIERS CRÉDITS D'ÁLVARO LINS AU PORTUGAL

Resumé: Afin de reconstruire les relations et les formes par lesquelles Álvaro Lins s'est assimilé pour la première fois aux territoires intellectuels et littéraires portugais, cet article est le résultat d'une recherche dans les archives portugaises – la presse périodique, essentiellement. Cet effort est particulièrement pertinent à un moment où, étant donné le rôle d'A. Lins dans un épisode aussi important pour l'histoire politique récente du Portugal – l'asile accordé à Gal. Humberto Delgado –, les nouvelles générations d'historiens ont oublié qu'il était, avant tout et surtout, un intellectuel. Ce que nous essayons de comprendre ici, c'est comment s'est déroulée cette

¹ Este artigo resulta de pesquisa conduzida sob a cobertura de um projeto de pós-doutoramento desenvolvido junto ao Grupo de Investigação Leitura e Formas de Escrita, do Centro de Humanidades-Universidade Nova de Lisboa (LFE/CHAM-UNL), sob a orientação do Professor Catedrático João Luís Lisboa, a quem cumpre agradecer pela generosa receptividade e ao profícuo ambiente de debates proporcionado aos pesquisadores.

² Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (Licenciatura-1988; Bacharelado-1989), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1994) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural/Intelectual, atuando principalmente nos seguintes temas: Recife - anos 1940/70 (política e cultura), modernidade, renovação cultural.

première annexion d'A. Lins au champ intellectuel portugais? Comment a-t-il été lu, appris, assimilé? Par quels moyens est-il devenu connu? Quelles relations se sont désormais construites? Quels usages votre travail a-t-il évoqués?

Mots-clés: Álvaro Lins. Champ littéraire. Portugal.

DESDE COMIENZOS Y ANEXIONES. PRIMERAS APROPIACIONES DE ÁLVARO LINS EN PORTUGAL

Resumen: Interesado en reconstituir las relaciones y las formas en que Álvaro Lins se asimiló por primera vez en los territorios intelectuales y literarios portugueses, este artículo es el resultado de una investigación realizada en archivos portugueses, básicamente, la prensa periódica. Este esfuerzo es particularmente relevante en un momento en que, dado el papel de A. Lins en un episodio tan importante para la historia política de Portugal, como fue el caso del asilo otorgado a Gal. Humberto Delgado, las nuevas generaciones de historiadores han olvidado que él fue, sobre todo y principalmente, un escritor y crítico literario. Lo que intentamos entender aquí es cómo, entonces, ¿tuvo lugar esta primera anexión de A. Lins al campo intelectual portugués? ¿Cómo se leyó, aprendió, asimiló? ¿Por qué medio se hizo conocido? ¿Qué relaciones se tejieron a partir de entonces? ¿Qué usos evocó su trabajo?

Palabras-clave: Álvaro Lins; Campo literario; Portugal

Em janeiro de 1953, João Gaspar Simões, à época um dos mais renomados críticos literários portugueses e, desde os tempos heroicos da revista *Presença*, nome de referência do modernismo literário de seu país, iniciava assim um artigo de saudação a Álvaro Lins: “Admirava Álvaro Lins muito antes de o conhecer”. E prosseguia, referindo-se à “comunhão intelectual que a leitura de sua obra de crítico entre nós estabelecera desde o dia em que me fora dado apreciar a justeza e maleabilidade de sua inteligência crítica, na *História literária de Eça de Queiroz*, primeiro livro seu que me veio às mãos” (SIMÕES, 1952, p. 01)³.

O tom, próximo do reverencial, com que o eminente crítico coimbrão refere-se a A. Lins ao longo do artigo, não deixa dúvidas de que se tratava de alguém que, àquela altura, já havia conquistado um importante e muito significativo reconhecimento nos meios intelectuais portugueses. Reconstituir as relações e as formas em que se deram as primeiras aportagens de A. Lins em territórios intelectuais e literários lusitanos, a partir de fontes portuguesas, representa, entretanto, um empreendimento quase arqueológico. Sua posterior atuação como embaixador brasileiro em Portugal (1956-59) – num momento em que se viu imerso na delicada e politicamente explosiva questão do asilo ao Gal. Humberto Delgado – soterrou e fez esquecer, sobretudo para as gerações mais novas, que ele era, antes de tudo e principalmente, um homem dedicado às letras. Retomar aqui as maneiras iniciais mediante as quais se tornou conhecido e respeitado por seus pares portugueses, talvez resulte em passo importante no sentido de repor, em

³ Sobre a revista *Presença* e a sua importância para a renovação das letras em Portugal, ver: ROCHA, 1985; PIRES, 2000.

termos mais apropriados, esse percurso que teve qualquer coisa de singular e incomum no mundo das letras⁴.

Nascido em Caruaru, interior de Pernambuco, em 1912, a trajetória inicial de Álvaro Lins não guarda nada de incomum em relação aos que, como ele, aspiravam a um lugar entre os “homens de letras”, tal como se entendia na época. Fez sua formação escolar (secundária e superior) na capital de seu estado natal (Recife), concomitantemente às suas primeiras incursões nos jornais locais, nos grêmios literários e nos demais espaços de sociabilidades letradas, onde se exercitou nas lides intelectuais e constituiu uma primeira, e já aí importante, rede de relações: Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Mauro Mota, Aderbal Jurema, José Condé, etc.

Era ainda um jovem aspirante a escritor atuante nos meios jornalísticos e intelectuais do Recife quando publicou seu primeiro livro, justamente aquele referido por João Gaspar Simões – *História literária de Eça de Queiroz*. O que não podia imaginar é que o primeiro resultado desta empreitada intelectual seria lançar seu autor no coração de uma acesa polêmica. Se, de um lado, projetou o nome do jovem Álvaro Lins como um (muito) promissor crítico literário, por outro, de maneira mais significativa, pelo menos com implicações mais imediatas e expressivas, o colocou no meio de uma acirrada disputa político-religiosa.

Em finais dos anos 1930, época em que publicou seu livro sobre Eça, Álvaro Lins exercia profissionalmente o magistério em alguns dos principais colégios católicos da cidade. Depois de ter perdido, com o golpe que instituiu o Estado Novo, o emprego de chefe de gabinete do governador de Pernambuco – Carlos de Lima Cavalcanti –, era, fundamentalmente, do magistério, juntamente com as atividades que exercia simultaneamente nos jornais locais, que Álvaro Lins sobrevivia. Não foi, por conseguinte, sem um grande desassossego que se viu, inesperadamente, demitido destas escolas em razão tão somente de haver escrito um livro elogioso a um escritor considerado pelos setores conservadores do catolicismo como um mau exemplo para a

⁴ Sobre o caso do asilo ao Gal. Humberto Delgado na sede da embaixada brasileira em Lisboa, ver: LINS, 1960; CHORÃO, 2019; DELGADO, 2009. Para o leitor não familiarizado com o caso, cabe reter que a candidatura do General Humberto Delgado à presidência de Portugal, em 1958, fez despertar, pela primeira vez, desde a instauração do regime salazarista, uma mobilização política de oposição verdadeiramente de massas. À derrota do candidato, seguiram-se articulações e todo um conjunto de ações que colocaram o nome do general como o de principal liderança contra tudo que o salazarismo representava, tornando-o, por isso mesmo, vítima de toda sorte de perseguições. Frente às ameaças diversas que vinha sofrendo, sua decisão de recorrer ao asilo na embaixada do Brasil abriu uma nova fase na luta que se agudizava e que ganharia, logo em seguida, com as guerras de independência das colônias em África, uma dimensão de inusitado descontrole e desmedida violência. Em 1965, o Gal. H. Delgado foi assassinado pela polícia política do regime.

juventude católica, pois que “havia descido a todas as vilanias” (Pe. Antonio Fernandes, SJ, apud HOLANDA, 2007, p. 59)⁵.

Deve-se a esse episódio, em grande medida, sua mudança para o Rio de Janeiro (1940). A exemplo de tantos outros escritores, intelectuais, artistas, etc., antes e depois dele, que precisaram migrar de suas províncias natais para a então capital da República, e principal centro cultural do país, A. Lins se viu na necessidade de lançar mão dos importantes capitais social e cultural (BOURDIEU, 1996; BOURDIEU, 2007; BOURDIEU, 2002) que havia logrado reunir. Com efeito, a par de uma expressiva rede de relações com que pôde contar para fazer-se conhecido e obter um lugar no muito concorrido meio jornalístico/intelectual carioca, A. Lins também contava a seu favor, nesse primeiro momento, de toda uma prática de escrita/reflexão resultante de seus anos de formação no Recife. Apesar de jovem, não se tratava de um noviço.

Sua desenvoltura e cabedal intelectual foram cruciais no sentido de projetá-lo rapidamente no cenário intelectual do Rio de Janeiro. Atuando num dos principais jornais cariocas daqueles anos – *Correio da Manhã* –, onde assumiu uma coluna semanal de crítica literária, A. Lins granjeou, um tanto rapidamente, invejável reconhecimento e respeitabilidade como crítico. É precisamente aqui, neste ponto inicial de sua trajetória, que ele vê abrir-se à sua frente toda uma nova paisagem cultural. Jovem embora, e, como dito, recém integrado aos meios jornalísticos e intelectuais do Rio de Janeiro, seu nome constará entre aqueles selecionados por Lourival Fontes para compor o rol de escritores representativos da intelectualidade brasileira que iriam estampar as páginas da revista *Atlântico*, já em seu número de estreia (maio de 1942).

Surgida em decorrência do *Acordo Cultural*, firmado em setembro do ano anterior (1941) pelos dirigentes do SPN (Secretariado de Propaganda Nacional – Portugal) e DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda – Brasil), António Ferro e Lourival Fontes, respectivamente, *Atlântico* se colocava uma missão muito específica: “como órgão de aproximação intelectual luso-brasileira, procura constituir uma espécie de antologia, de Portugal para os brasileiros, do Brasil para os portugueses”. O que

⁵ O Pe. Antonio Fernandes, SJ, então dirigente da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica e do Colégio Nóbrega, onde A. Lins lecionava, responsável direto pela sua demissão, era também uma figura de muita influência na política local, graças à ascendência que tinha sobre vários dirigentes políticos em Pernambuco, em especial seu nome máximo: Agamenon Magalhães. A demissão de A. Lins, portanto, tinha essa dupla marca: política e religiosa. Ademais, foi vítima, também, do cancelamento de sua participação no concurso para docente do Ginásio Pernambucano, principal e mais prestigiado estabelecimento de ensino do estado.

almeja é “[...] mostrar os dois países, um ao outro, tal como se revelam, e manifestam, pela cultura, pelo pensamento, pela emoção poética, pela criação literária, pela arte e pela crítica, pelas obras do espírito, enfim” (ATLÂNTICO, nº 01, maio/1942, p. 170)⁶.

Dado o pressuposto de que a escolha dos colaboradores de cada país estivesse subordinada a algum critério de representatividade, do que, aos olhos de seus diretores, havia de mais respeitável em termos de “obra do espírito” em cada uma das margens do Atlântico, não deixa de ser intrigante ver o nome de Álvaro Lins ao lado de alguns dos nomes mais prestigiados das letras brasileiras de então: Mário de Andrade, Augusto Frederico Schmidt, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Murilo Mendes, Vinícius de Moraes, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, entre outros. Afinal, como dito, tratava-se de um jovem adventício, com poucos títulos ou graus de reconhecimento.

Intrigante, mas não incompreensível. À parte sua rápida absorção nos meios jornalísticos e, por extensão, como um respeitado crítico literário (COUTINHO, 1975; BOLLE, 1979; MARTINS, 1999; SÜSSEKIND, 2002; NINA, 2007; RAMASSOTE, 2011; PEREIRA, 2011; ROCHA, 2011), cabe ter em conta que seu livro sobre Eça de Queiroz representava uma credencial a mais a qualificá-lo como integrante do tipo de embaixada cultural que a *Atlântico* procurava exercer nos dois lados deste inusitado *mare nostrum*⁷. Como, então, se deu essa primeira anexação de A. Lins ao campo intelectual português? Como, com mais propriedade, foi lido, apreendido, assimilado? Por que meios se tornou conhecido? Que relações foram, a partir daí, tecidas? Que usos sua obra suscitou?

Tendo em conta essas questões, não deixa de ser relevante considerar que as primeiras publicações que introduziram o nome de A. Lins nos meios literários e intelectuais de Portugal tenham sido, precisamente, a revista *Atlântico* e o semanário *Acção*. A primeira, como dito, em sendo uma publicação conjunta do SPN/DIP, era, por

⁶ A revista contava com o seguinte expediente: António Ferro e Lourival Fontes – Diretores; José Osório de Oliveira – Secretário de Redação; Manuel Lapa – Direção Artística. É de se assinalar a estreita sintonia entre os termos do *Acordo Cultural* e as atribuições do SPN, em sua seção externa, nomeadamente, em seus itens: “c) promover a realização de conferências [...] por individualidades portuguesas e estrangeiras; d) fortalecer o intercâmbio com os jornalistas e escritores de grande nomeada; [...] f) promover a expansão, nos grandes centros, de todas as manifestações da arte e da literatura nacionais”. Conforme Ó, 1999, p. 46. Sobre o Acordo Cultural e sua importância para as relações luso-brasileiras, ver, entre outros: ASSUNÇÃO, 2015; PAULO, 1992.

⁷ Como, bem a propósito, evidencia o trecho transcrito na abertura deste artigo, de João Gaspar Simões. Para uma apreciação mais fundamentada da política cultural do Estado Novo português, ver, além dos trabalhos referidos na nota 4, acima: TORGAL, 2009; TORGAL, 1999, PAULO; TORGAL, 2015, GEORGE, 2002; MEDEIROS, 2010.

óbvio, um veículo concebido segundo a orientação política e cultural de ambos os Estados Novos – português e brasileiro. Como dos dois lados do oceano vigoravam regimes autoritários, corporativistas, em que o ideal de controle social se ancorava, em larga medida, no exercício da violência política – com expressiva perseguição dos oponentes aos regimes por suas polícias políticas – e na censura, é de se imaginar que suas publicações oficiais (e oficiosas) tivessem um inequívoco cariz doutrinário, e suas páginas se abrissem exclusivamente para os apoiadores e simpáticos à ordem dominante. Não era este o caso, todavia.

Respeitante ao Estado Novo brasileiro, mais de um autor já chamou a atenção para certa plasticidade do que se poderia designar de sua política cultural. Sérgio Miceli, por exemplo, publicou nos finais dos anos 1970 um estudo, resultado de seu trabalho de doutoramento, em que, talvez de forma inaugural, as relações estatuídas entre intelectuais (recobrando uma gama alargada de escritores e literatos, mas também juristas, etc.) e os mais variados ramos da burocracia estatal foram esquadrihadas de maneira abrangente e sistemática⁸.

Mais importante, porém, do que situar essa ampliada penetração de quadros letrados no serviço público, é a conclusão decorrente desta constatação a que chega o autor, de que: “no que diz respeito às relações entre intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma “intelligentzia” e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico” (MICELI, 2001, p. 197-198).

Perceber, em toda sua complexidade, as múltiplas dimensões do que então se processou, todavia, requer que se trate o novo quadro daí emergente de maneira mais matizada do que sob a rubrica de *cooptação de intelectuais*. Se, como afirma o próprio Miceli, “a gestão Capanema erigiu uma espécie de território livre refratário às salvaguardas ideológicas”, possibilitando, assim, contar com os serviços – eventuais ou em bases mais estáveis e continuadas – de intelectuais de todo o espectro ideológico, é

⁸ “Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultaram-lhes o acesso às carreiras e aos postos burocráticos em quase todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança etc.)” (MICELI, 2001, p. 197).

porque ao Estado Novo também não passava despercebido os resultados positivos de uma tal relação⁹.

Com efeito, havia ganhos importantes de legitimidade a serem auferidos, em especial entre aqueles setores da sociedade que, caso contrário, não fosse por essa rica palheta de cores e brilhos diversos, seriam muito mais avessos e infensos à ideia, tão cara ao *establishment*, de um Estado de conciliação nacional. Essa parcela de legitimidade que o Estado toma de empréstimo aos intelectuais é tão importante para bem compreender as mudanças que se processavam no campo intelectual brasileiro quanto seu inverso, nos termos em que S. Miceli propugna¹⁰.

No que concerne ao caráter do seu tanto elástico do Estado Novo em suas relações com intelectuais das correntes as mais diversas, há, igualmente, que se ter em conta as disputas que se davam no interior da própria estrutura burocrática do Estado. Tratando da propaganda e controle dos meios de comunicação pelo regime instituído em 1937, Maria Helena Capelato apresenta justamente uma imagem mais multifacetada do que se costuma conceber. Referindo-se à radiodifusão, que, à época, constituía o

⁹ “Atuando em nome de seus interesses próprios e manejando os recursos políticos que o comando da máquina governamental lhe oferece, essa camada burocrática [incrustada nos estamentos burocráticos] passa a acolher indivíduos que pouco antes se haviam filiado a movimentos e forças políticas concorrentes. Por conseguinte, muito embora se possam reconstruir os laços que serviram à montagem dos primeiros anéis burocráticos calcados na identidade de pontos de vista quanto aos rumos que deveria tomar a reorganização do poder, seria de todo inexequível apontar a matriz ideológica vitoriosa entre os que foram convocados nessa época. Fazendo um retrospecto das principais clivagens ideológicas vigentes nas décadas de 1920 e 1930, poder-se-á constatar que quase todos os matizes do espectro foram pinçados no processo de expansão do aparelhamento estatal: militantes em organizações de esquerda, quadros da cúpula integralista, porta-vozes da reação católica, figuras pertencentes à intelectualidade tradicional e os praticantes das novas especialidades” (MICELI, 2001, p. 218). A esse respeito, ver: VELLOSO, 1987 – para quem: “se a vertente modernista conservadora é a vitoriosa no interior da doutrina estado-novista; o regime não exclui a colaboração de outros intelectuais que defendiam projetos culturais mais inovadores, como é o caso de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. É necessário, portanto, analisar as diferentes inserções destes intelectuais no aparelho de Estado. Se o Estado absorve grande parte dos intelectuais modernistas, a absorção se dá de forma diferenciada. *Daí a complexidade e mesmo ambiguidade da política cultural do regime, que agrega intelectuais das mais diferentes correntes de pensamento, como os modernistas, positivistas, integralistas, católicos e até socialistas.*” (p. 45, grifo meu).

¹⁰ Para Miceli (2001, p. 217): “mesmo que não tenha chegado a monopolizar o controle do mercado e a contratação de serviços culturais, o poder público impôs-se não obstante como concessionário-mor dos padrões de legitimidade intelectual. As encomendas, os prêmios, as viagens de representação, as prebendas, tudo que ostentasse o timbre do oficialismo passou a constituir a caução daqueles que aspiravam a ingressar no panteão da ‘cultura brasileira’.” Mais feliz, a nosso ver, são as conclusões de Valéria Paiva, ao estudar a revista *Cultura Política*: “Ao mesmo tempo, cedendo aos intelectuais que aceitaram colaborar [com a revista *Cultura Política* – nomes como Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodré, Prudente de Moraes Neto, etc.] uma margem de autonomia para que eles pudessem exercer seu trabalho, de acordo com a sua especialidade, o regime provavelmente conseguiu tornar opacas as linhas que antes demarcavam as diferenças político-ideológicas, gerando, se não uma homogeneidade, quem sabe a sensação de que havia um consenso sobre temas fundamentais – aqueles que diziam respeito à realidade brasileira. [...] Ao contar com essa participação, ele pôde incorporar ao seu discurso, por meio de seus ideólogos e porta-vozes, elementos que lhe serviram em termos políticos e ainda gabar-se de contar com o apoio e a solidariedade da elite esclarecida do país” (PAIVA, 2011, p. 184; 186).

segmento mais estratégico e de maior potencial de alcance popular, delineia os pressupostos da fragmentação do setor:

Lourival Fontes, diretor do DIP, apresentou ao governo um plano para a criação de uma grande rádio estatal com objetivos propagandísticos, no estilo da que existia na Alemanha de Goebbels, mas a proposta não teve acolhida. O projeto de Genolino Amado para utilização intensa do rádio na propaganda do regime também caiu no vazio. Na verdade, o controle do rádio durante o Estado Novo foi fragmentado: Lourival Fontes controlava a “Hora do Brasil”; o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, a partir de 1942, tinha sua faixa própria de atuação dentro do horário governamental; Capanema controlava o sistema de radiodifusão educativa, e Cassiano Ricardo encarregava-se do Departamento de Divulgação Político-Cultural da Rádio Nacional. Segundo José Inácio de Melo Souza, o receio do governo de fazer uso de um meio tão poderoso de mobilização popular explica a fragmentação em aplicações isoladas. (CAPELATO, 1999, p. 177)¹¹

Em que pese, como dito acima, a necessidade de se matizar as relações dos intelectuais com o Estado Novo, sobretudo naquilo que permita superar as insuficiências implícitas à noção de *cooptação*, não parece restar dúvidas de que para bem compreender a dinâmica do campo intelectual brasileiro nesta quadra é preciso não perder de vista a formulação seminal de Sérgio Miceli, de que o regime Vargas se distingue na medida em que redefine de forma mais substantiva o mercado cultural, “implicando um orçamento próprio, a criação de uma *intelligentzia* e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico” (MICELI, 2001).

Somente ao se reconhecer o peso e o papel do Estado nesta redefinição do mercado cultural é que se pode perceber mais adequadamente, para além do que à primeira vista não passaria de capitulação, cooptação ou acomodação ao *status quo*, posturas como as de Graciliano Ramos e alguns dos nomes mais expressivos dos intelectuais da esquerda brasileira dos anos 1940 – Nelson Werneck Sodré, Érico Veríssimo, etc. – que, em diferentes graus, colaboraram em veículos mantidos/financiados pelo Estado.

Em um estudo recente sobre a colaboração de Graciliano com a revista *Cultura Política*, por exemplo, Valéria Paiva (2011, p. 67;74-75) observa que o escritor, que àquela altura começava a ser reconhecido como um dos mais importantes romancistas brasileiros, pela primeira vez, nesse início dos anos 1940, sentia que podia se estabelecer profissionalmente no Rio de Janeiro. Ao tempo em que, em carta a sua

¹¹ O trabalho de José Inácio de Melo Souza referido pela autora é *A ação e o imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo* (1990).

mulher – que por razões econômicas permanecia com os filhos em Alagoas, estado natal do escritor –, queixava-se da fraca vendagem de seus romances, Graciliano vislumbrava, por outro lado, a possibilidade de ter alguma renda regular com a venda de artigos, crônicas e contos para revistas do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente. Só na *Cultura Política*, considerando apenas seus primeiros 18 números, de março de 1941 a agosto de 1942, Graciliano publicou precisamente 18 textos – fato tanto notável, quando se considera que a revista era editada pelo DIP e que era de conhecimento público os vínculos que Graciliano mantinha com o partido comunista, razão pela qual havia sido feito prisioneiro pouco anos antes.

As coisas parecem não ter sido muito diferentes no Estado Novo português. Pelo menos durante o período em que as diretrizes da *política do espírito* estiveram sob o comando de seu formulador – António Ferro –, a quem, talvez, deva-se creditar certa porosidade e a existência de canais comunicantes que, em níveis diversos, com diferentes ênfases, possibilitavam trocas com um variado plantel de intelectuais, escritores e artistas não assimilados ao regime – e, mesmo, com alguns de seus acerbos críticos.

É claro que isto não exclui a peremptória interdição a determinados nomes, como o de António Sérgio, Jaime Cortesão, Adolfo Casais Monteiro e uns tantos outros.¹² Nem que se deva descurar o que alguns estudos especializados têm demonstrado: de que o esforço do regime por se firmar, mediante a instituição de todo um sistema de premiações, como fiador da legitimidade artístico-intelectual, mormente no que diz respeito aos escritores, resultou em estratégia estéril, haja vista a escassa participação de seus maiores talentos nos concursos literários (DO Ó, 1999; GEORGE, 2002; MEDEIROS, 2010)¹³. Haveria, ainda e complementarmente, não se perder de vista que provavelmente tenha sido nos meios literários onde mais tenazmente persistiu uma postura contrária ao salazarismo, conforme nos alerta Jorge Ramos do Ó:

¹² Não se descuida, aqui, de que uma análise mais circunstanciada, que procurasse compreender, comparativamente, os sentidos e as implicações mais profundos das “políticas culturais” dos regimes brasileiro e português, deveria proceder, necessariamente, a uma apreciação da institucionalidade e das práticas censórias em um lado e outro do oceano. À primeira vista, parece ter havido importantes diferenças quanto à sistematicidade de sua aplicação, bem como sua abrangência e rigor, quando se considera os casos do Estado Novo português, onde a censura teria sido mais severa, e o brasileiro. Fazer isto, entretanto, foge por completo ao escopo mais modesto deste artigo.

¹³ O próprio A. Ferro admitiu isto, num balanço que fez dos dez primeiros anos de existência dos prêmios instituídos por sua *política do espírito*, ao constatar que “autores de orientação discutível mas de inegável talento”, “por desdenhosa atitude olímpica ou falsa posição ideológica, se revelaram, se impuseram sem nunca terem concorrido aos nossos prêmios ou até a quais quer outros” (Apud DO Ó, 1999, p. 129).

Nos anos cinquenta, alguns dos estudiosos da literatura que utilizaram publicações oficiais para fazer balanço diacrónico do fenómeno, após a queda da I República, mostraram-se unânimes em reconhecer que o oposicionismo literário, era perfilhado pela maior parte dos escritores, vindo inclusive os representantes do há muito desaparecido presencismo como “doutrinariamente desafetos ao regime, quase todos formados na dialética materialista”. Inacessível aos braços institucionais do Estado, de costas a este virado, o fato literário desenvolveu-se pois em circuito adverso (DO Ó, 1999, p. 223)¹⁴.

Bem postas todas essas condicionalidades, parece persistir, não obstante, alguns indícios suficientemente significativos que apontam para um campo, se não menos polarizado, no mínimo um em que as possibilidades de trocas com escritores situados fora do círculo de apoiadores do regime continuava a ter alguma relevância. Para o que, como sinalizado acima, talvez caiba reconhecer o papel que coube a A. Ferro na direção do SPN. Mais precisamente, à sua indole de “arregimentação de intelectuais” e o que a mesma implicava de propósitos de composição, que evitasse uma ruptura mais definitiva com os meios literários, dos quais, afinal, era originário. Conforme parecer de Luís Reis Torgal, tratava-se de “escritor modernista, propenso a causar um certo escândalo, que fora sujeito a uma censura do público conservador ou mesmo das autoridades, aquando da representação da sua peça *Mar Alto*, em 1923 em Lisboa e em 1925 em Coimbra” (TORGAL, 1999, p. 406)¹⁵.

É certo, também, que houve um investimento do regime – e de alguns intelectuais ideologicamente próximos a ele – em fixar uma contra-leitura, asséptica, de alguns ícones das letras portuguesas, esvaziando suas posições, pensamentos e posturas políticas de qualquer traço que pudesse ser associado a um discurso crítico dos princípios conservadores e autoritários vigentes. Sobre Eça de Queiroz e Antero de Quental, em especial, ver-se-á incidir, com toda sua intensidade, este esforço por virar-lhes pelo avesso (TORGAL, 1999; TORGAL, 2009).

Mas, nem havia como controlar a pluraridade de enunciados, com vistas a dar-lhes alguma homogeneidade – tanto mais que, como bem o demonstra os casos justamente de Antero e de Quental e Eça, cujas efemérides relativas aos centenários de nascimento de um e outro, em 1942 e 1945, suscitaram uma profusão de ensaios e apreciações as mais diversas –, nem o recurso do uso de seus nomes como patronos de

¹⁴ O trecho entre aspas contido na citação é devido à Trigueiros (1956).

¹⁵ Torgal chega a afirmar ter havido algum interesse do regime em demarcar sua *política do espírito* como sendo pautada por um princípio de “tolerância” – desde que respeitada as “premissas essenciais do Estado Novo” (TORGAL, 1999, p. 404-405). A expressão *arregimentação de intelectuais*, tomada como uma indicativa da personalidade de A. Ferro na condução da política do espírito, é da lavra de Diogo Ramada Curto, em “Nota de Apresentação” ao livro de João Pedro George, *O meio literário português, (1960-1998)*, citado, p. XIII.

prêmios literários deixava de revelar certa ânsia e necessidade do regime em ancorar-se e tomar de empréstimo um bocado do respeito e legitimidade que esses nomes trariam às iniciativas culturais oficiais.

Paralelamente, o que a análise de publicações como *Atlântico* e *Acção* parece indicar é o frequente recurso, para dizer o mínimo, a nomes como os de Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Hernani Cidade, João Gaspar Simões, Maria Archer – que, em graus diversos, costumavam ser tidos e havidos como notórios críticos do regime –, ou mesmo, num outro registro, Sophia de Mello Breyner Andresen, Jorge de Sena, José Blanc de Portugal, Tomaz Kim, Ruy Cinatti – que nos anos subsequentes iriam compor algumas das frentes de renovação literária portuguesa, aliando-se, vários deles, com posições agudamente críticas ao salazarismo¹⁶.

Já se fez referência, acima, ao caráter oficial da revista *Atlântico*. Ao semanário *Acção*, segundo periódico a publicar Álvaro Lins, todavia, se não cabe a designação de oficial – de órgão diretamente subordinado à estrutura burocrática do Estado, ou por ele financiado –, nem por isso se deve desconsiderar que se tratava de publicação estreita e fortemente comprometida com o *establishment*. Sua adesão aos ditames e às orientações do regime era total e absoluta.

De tal sorte que seu diretor, Manuel Múrias, veio a ser recrutado em 1943 para assumir a direção do *Diário da Manhã*, órgão de imprensa oficial da União Nacional – “Organização política de apoio ao Governo do Estado Novo, e dependente dele, do ponto de vista econômico e financeiro que, pela sua atuação, se tornou no único partido do regime. [...] Salazar será presidente de sua Comissão Central. Era o governo à frente da UN e não a UN à frente do governo” (ROSA e BRITO, 1996, p. 989) – e, por extensão, do regime.

Como, então, e em que circunstâncias, sob que chaves de leitura, associados a que nomes, Álvaro Lins aparece nessas publicações? Os dois primeiros números da *Atlântico* trazem, cada um deles, uma contribuição de Álvaro Lins. Um artigo sobre o romantismo no Brasil (“Notas sobre o Romantismo no Brasil”, *ATLÂNTICO*, nº 1,

¹⁶ A recorrente colaboração destes jovens escritores e poetas coloca uma questão importante: até onde (com qual frequência e interesse) veículos como estes, eram lidos e consumidos por jovens literatos com perfil mais vanguardista? Na ausência de uma pesquisa fundamentada que enfrente essa questão, qualquer resposta seria inconclusiva. Mas parece razoável considerar, a tomar pela reincidência de suas colaborações, e o que isto pode dizer de seus interesses, que associar seus nomes a publicações com tal perfil soava menos nocivo que não ser publicado, em absoluto. Ou seja, para além dos anseios, comuns entre escritores, artistas, intelectuais emergentes, por ocupar todo espaço que possa tornar conhecidas suas produções, pode-se tomar essa recorrência como sinal de que essas publicações eram reconhecidas como tendo alguma relevância para o campo intelectual de então.

maio/42) e outro em que discorre sobre o conceito de geração – em alguma medida, problematizando-o – para a “vida literária” (“Uma Nova Geração”, ATLÂNTICO, nº 2, out/42). Menos que os temas em si destes artigos, ou os ângulos de abordagem (tratamento) dos mesmos, o que demandaria uma imersão na prática de crítica literária de então, lendo uns à luz dos outros, o que se procura aqui é, tanto quanto possível, delinear os modos como eles (e seu autor) foram recebidos, os ruídos que suscitaram, que comentários, que tipo de atenção, obtiveram dos literatos portugueses.

No nº 1 da *Atlântico*, Álvaro Lins é apresentado de modo bastante sumário na seção “Colaboradores”: “nasceu em Caruaru (Pernambuco), em 1912. Ensaísta e professor de literatura, autor do livro ‘História Literária de Eça de Queiroz’, crítico literário do ‘Correio da Manhã’, do Rio de Janeiro”. Considerando-se que esta seção, conforme se esclarecerá na edição seguinte, destinava-se a “dar, em cada número, indicações bio-bibliográficas sobre seus colaboradores”, uma vez que podia “dar-se o caso de os leitores portugueses não saberem situar um escritor do Brasil dentro de sua literatura, ou de os leitores brasileiros não conhecerem a posição de um escritor português dentro da literatura de Portugal”, fica patente, por suas escassas credenciais, que estamos diante de um autor possuidor de poucos títulos e baixo grau de reconhecimento (ATLÂNTICO, nº 1, 1942, p. 177, e nº 2, 1942, p. 369).

Já no número 2 da revista, seu nome aparece não somente associado à autoria de um artigo, mas em três outras passagens que, quando tomadas em conjunto, evidenciam a construção de um olhar diferenciado sobre o crítico brasileiro, o que começa a lhe conferir estatuto de autor referencial. Primeiramente, em uma nota, é feita uma menção à iniciativa de determinada editora portuguesa – Edições Universo – de lançar uma nova coleção, “Ensaístas Portugueses e Brasileiros”, que iria contar, entre os autores brasileiros, com obras de Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Álvaro Lins.

Mesmo não tendo sido possível averiguar se a referida coleção efetivou-se tal como planejado, cumpre sublinhar que, ao ser concebida, e, mais ainda, ao ser tornada pública enquanto acontecimento de alguma relevância para os meios intelectuais portugueses, o nome de Álvaro Lins apareça ombreando-se com os de Gilberto Freyre e Mário de Andrade. Em que se assentava projeção assim prestigiosa?

Numa espécie de errata, referente às indicações bio-bibliográficas constantes no número anterior, lê-se o seguinte:

Queremos, ainda, dizer que Álvaro Lins, além da *História Literária de Eça de Queiroz*, publicou uma tese sobre *Alguns aspectos da decadência do Império*, e a 1ª série do seu *Jornal de Crítica* – livro este que representa um verdadeiro acontecimento na crítica literária do Brasil. Nesta revista, onde os adjetivos têm a menor utilização possível, não se louva ninguém só por ser colaborador, mas registram-se fatos que, como esse, importam à cultura luso-brasileira (ATLÂNTICO, nº 2, 1942, p. 369).

Em uma terceira passagem desta mesma edição, ficamos sabendo que deve-se a Álvaro Lins a autoria do “melhor estudo da obra de Eça de Queiroz”. Não se trata mais, agora, de um autor sem maior importância. Um nome como outro qualquer. Pelo contrário. Aos olhos desses editores e dirigentes culturais, o jovem crítico brasileiro, até há pouco desconhecido e sem algo digno de nota a lhe servir de recomendação, deve ser tomado como uma incontestada autoridade em assuntos literários.

Suas obras são judiciosas (“melhor estudo”) e marcantes (“verdadeiro acontecimento”). Suas apreciações sobre autores e obras, criteriosas. Mais até. Sua obra de crítico logo é tomada como uma referência, a partir da qual a própria crítica literária portuguesa, nos termos em que era praticada naqueles anos, passaria (ou, pelo menos, mereceria passar) a ser medida. Curiosamente, quem primeiro fará uso dessa lógica de *benchmarking* será António Quadros – filho de António Ferro (formulador da “política do espírito” salazarista), à época com 21 anos, e titular da seção “Livraria” do semanário *Acção*.

Discorrendo a propósito da publicação de *Notas de um Diário de Crítica* (de autoria de A. Lins), publica uma longa análise deste trabalho, e seu autor, a quem se refere como “Espírito culto, inteligente e frio – três fatores indispensáveis ao crítico literário”. Ao tratar do poder de análise do crítico brasileiro (“Álvaro Lins sabe analisar, duma maneira justa e clara, sem excessos de otimismo ou de pessimismo, a literatura de seu país e, duma maneira geral, a literatura moderna”; “É neste diário que melhor se revela o seu notável poder de síntese”; “Algumas dessas sínteses possuem verdadeiro caráter universal, e quase todas interessam à literatura portuguesa”).

Quadros, na verdade, o utiliza para construir sua pequena máquina de guerra contra o neorrealismo que, pautado por interesses políticos, estaria aquém da “grande revolução da poesia moderna” e de seu esforço por “despregar-se das suas contingências: enredo, drama, teatro, moral, política, etc” (ACÇÃO, nº 186, 09/11/44, p. 04 e 06)¹⁷.

¹⁷ Dois anos antes, em junho de 1942, o semanário já havia publicado um ensaio crítico de Álvaro Lins sobre Antero de Quental, por ocasião do centenário de seu nascimento. Segundo o periódico, tratava-se de

O que ressalta neste uso peculiar que A. Quadros faz da obra crítica de Álvaro Lins é menos a pertinência ou não de seus argumentos desqualificadores da forte presença neorrealista nas letras portuguesas, e mais o fato de se ter ido buscar nele a voz de autoridade, a partir da qual se procurava conferir legitimidade a determinada tomada de posição na guerra literária a que se dedicava (o argumento de que o que caracterizava a literatura moderna – sua revolução – era o “despregar-se das suas contingências: enredo, drama, teatro, moral, política, etc.”, ele bebeu diretamente em A. Lins, na verdade, apenas o transcreve *ipsis litteris*).

Alguns anos depois, Álvaro Cabral fará idêntico uso da obra de A. Lins. Desta vez, tomando-o como parâmetro – no caso, medir a maior ou menor pertinência de uma abordagem crítica – na avaliação das tomadas de posição de João Gaspar Simões, cujo livro *Natureza e função da literatura* havia sido lançado meses antes. O que chama a atenção nesta análise comparativa, quase ponto a ponto, entre a obra daquele que era um dos grandes nomes da crítica literária portuguesa (J. G. Simões) e a de A. Lins, é a conclusão do resenhador: Álvaro Cabral acaba por conferir a Gaspar Simões “uma posição bastante mais ortodoxa” que a do crítico brasileiro, em sua prática (ACÇÃO, nº 414, 24/03/49, p. 05 e 06).

Há, ainda, e, quiçá, mais significativos, um ou dois usos da obra de A. Lins nessa linha, que a tomam como modelo a partir da qual não somente a crítica literária portuguesa deveria ser aquilatada, mas que sugerem que o autor foi lido como referência formativa para aqueles que se iniciavam na faina de escritor. Antes, porém, de examinar essas investidas, faz-se necessário um comentário.

texto escrito especialmente para *Acção*. Considerando que a primeira aparição de A. Lins em publicações portuguesas tinha acontecido no mês anterior, igualmente num periódico ligado ao regime (*Atlântico*), parece razoável admitir que essa encomenda sugere uma aceitação inicial, nas hostes próximas ao salazarismo, algo calorosa e entusiástica. Nessa linha, não deixa de ser curioso observar que o argumento central do ensaio é de que “o que mais se destaca em Antero de Quental não é a sua obra de poeta, nem de filósofo: é a sua obra de homem: a sua vida mesma”. Sendo assim, “O que importa é assinalar que estamos diante de uma personalidade que se manteve fiel a si mesmo, que fez até mesmo das suas contradições e das suas perplexidades uns dóceis instrumentos de afirmação pessoal. *A sua obra literária não se apresenta diferente de sua ação socialista. Uma e outra valiam como forma de vida, e não apenas como imagens ou representações.*” (grifo meu). *Acção*, nº 62, 11/06/42, p. 01 e 05. Em outros termos, o que o crítico brasileiro estava a afirmar é que, mais que por sua obra, a contribuição de Antero estava em determinado *ethos* socialista, e isto, principalmente, é que teria constituído sua maior contribuição a um *ser* português. Este pequeno ensaio sobre A. de Quental teria sido, segundo Álvaro Lins, no *curriculum vitae* que fez distribuir pela representação diplomática do Brasil em Portugal quando de sua nomeação para as funções de embaixador, “distinguido com o prêmio instituído pelo governo português para o melhor trabalho publicado sobre o poeta naquele ano de seu centenário”. *Brasil – Artes e Letras*. Boletim mensal de artes e letras da Embaixada do Brasil em Lisboa, nº 28, novembro de 1956, p. 8. A propósito do centenário de A. de Quental, e as múltiplas leituras de sua obra e vida, ver: TORRAL, 1999; TORRAL, 2009.

Atlântico e Acção, como referido, eram publicações estreitamente ligadas ao salazarismo. Ambas constituem os primeiros veículos por meio dos quais A. Lins penetra em território intelectual português. Seu diálogo com Eça de Queiroz e Antero de Quental se enquadrava com enorme pertinência no esforço do Estado Novo por dar à cultura portuguesa – seus nomes tutelares, suas obras magnas – uma altura e dignidade compatível com a construção do *novo homem*, da *nova ordem*... Adicionalmente, é sabido que a primeira vez em que pisou em terras lusitanas foi, justamente, a convite do governo português – dentro de um programa oficial, portanto. No *curriculum vitae* que tornou pública sua nomeação para embaixador em Portugal, ele registrou assim esse episódio:

Em 1948, Álvaro Lins visitou Portugal, numa permanência de alguns meses, como convidado e hóspede do governo português, tendo sido pessoalmente recebido, em longa audiência, pelo senhor presidente do Conselho, o Doutor Oliveira Salazar. Percorreu todo o país em companhia de autoridades do país, e recebeu numerosas homenagens, entre as quais um banquete sob a presidência do Ministro da Educação Nacional (BRASIL – Artes e Letras, nº 28, nov/1956, p. 8-9).

Evidentemente, por se tratar de um documento elaborado para credenciar o novo embaixador como representante do Estado brasileiro perante seu congênere português, os índices de boas relações pessoais e institucionais ganharam um relevo especial e, apenas nesse sentido, é que merecem ser lidos. De qualquer maneira, deixa à mostra uma franca aceitação e circulação por espaços políticos e culturais timbrados pelo oficialismo¹⁸.

Visto assim, pode parecer que Álvaro Lins e sua obra teriam despertado interesse apenas entre os círculos de simpatizantes ou aderentes ao regime. Nada mais equivocado. De fato, não demorou muito para A. Lins ver-se publicado e lido em periódicos cujos perfis eram muito mais afeitos às disputas literárias do que a quaisquer outras preocupações: as revistas *Aventura* e *Graal*¹⁹, ambas resultantes do interesse de

¹⁸ O contraponto a essa postura, passível de ser tomada como chapa-branca, está na firme posição assumida pelo então embaixador ao conceder asilo ao Gal. Humberto Delgado, contrariando de forma contundente não apenas a ordem política interna de Portugal, mas o próprio Salazar, em pessoa, que escreveu ao presidente Juscelino Kubistchek pedindo sua intervenção junto ao embaixador que estava a trazer enormes problemas ao regime com sua reiterada “teimosia” em recusar o desfecho do imbróglío nos termos propostos pelo Estado português. Ver, a respeito: LINS, 1960; CHORÃO, 2019; DELGADO, 2009.

¹⁹ A bem da verdade, em mais de uma ocasião, a revista *Graal* viu-se imersa em controvérsias que explicitavam certas preferências políticas – de manter algumas conexões com os meios salazaristas. Em seu nº 4 (dez de 56/jul de 57, p. 406), numa nota destinada a retrucar determinada afirmação de José-Augusto França, sabemos que o historiador e crítico de arte, com fortes ligações com as vanguardas artísticas portuguesas, havia se referido assim à revista: “A extrema direita é que a sustenta, pois senão ela

alguns dos jovens escritores e poetas emergentes nos meios literários, ressoaram seu trabalho e contribuíram para tornar o crítico brasileiro uma personalidade de prestígio entre escritores e intelectuais portugueses.

A revista *Aventura* publicou um pequeno ensaio de A. Lins (“Ensaístas portugueses”) em seu terceiro número (jul/43). Aqui, pela primeira vez em uma publicação portuguesa, Lins discorre sobre autores locais. Neste pequeno ensaio, debruça-se sobre três nomes da crítica literária portuguesa – José Osório de Oliveira, Castelo Branco Chaves e João Gaspar Simões (o mais velho dos três, já referido em mais de uma passagem deste artigo, e, dentre esses, o que alcançou maior reconhecimento como crítico nos meios literários portugueses). Tratando da produção desses autores, A. Lins inevitavelmente acaba por comentar algumas das obras e autores que vinham marcando a recente produção poética e de crítica literária em Portugal. Mas, é ao se debruçar sobre críticos atuantes em periódicos e espaços acadêmicos portugueses que ele traz os primeiros sinais de que suas relações com escritores e intelectuais locais tinham mudado de patamar; sinais de que havia uma verdadeira interlocução e trocas intelectuais em curso²⁰.

Já na *Graal*, a presença de Álvaro Lins é de outra ordem. Comentando a recém-nomeação de A. Lins para assumir a função de embaixador do Brasil em Lisboa, David Mourão-Ferreira publica um texto no qual fixa o significado da obra do crítico brasileiro

veria que não tem raízes, público, existência, que é uma coisa desligada da realidade, que é um simples sedimento literário”. Em seu nº 03 (out/nov de 56, p. 324), um de seus redatores, encarregado de fazer o necrológio de António Ferro, o faz com “lágrimas nos olhos”. Lançada em abril/maio de 1956, a revista *Graal – Poesia, Teatro, Ficção, Ensaio, Crítica*, foi uma iniciativa do seguinte grupo: António Manuel Couto Viana (Diretor), António Vaz Pereira (Diretor-Artístico), Alberto Ramires dos Reis (Editor), Maria de Lourdes Belchior, David Mourão-Ferreira, Fernando de Paços, Goulart Nogueira, Luiz de Macedo, Manuel Antunes (Redatores). Dentre todos, David Mourão-Ferreira foi o que obteve maior longevidade e reconhecimento literário (como poeta, como professor e como crítico), prestígio, este, que se manteve no pós-25 de Abril. A revista tinha uma marcante preocupação com a renovação artística e literária (foi, por exemplo, a primeira a abrir espaço para o grupo de concretistas brasileiros, a partir da publicação de um depoimento de Décio Pignatari sobre o movimento e seus integrantes, referências literárias, etc.; as artes plásticas, em especial sua vertente abstracionista, também encontrou na revista espaço receptivo).

²⁰ *Aventura*, nº 3, julho de 1943, p. 131-133. A revista *Aventura* era uma iniciativa de um grupo de jovens escritores que estavam conquistando níveis consideráveis de respeitabilidade no meio literário local; contava com o seguinte corpo editorial: Ruy Cinatti (Diretor e Editor); Jorge de Sena, José Blanc de Portugal, Manuel Braancamp Sobral e Eduardo Freitas da Costa (Redatores); João de Mattos Chaves, Constantino Varella Cid e António Martins Alves (Secretários de Redação). De perfil vanguardista, com forte influência da moderna poesia inglesa, tinha em T. S. Eliot, que escreveu uma longa carta ao Editor, acusando o recebimento e elogiando o perfil da revista, sua referência maior, e espécie de pai espiritual, do grupo – pelo menos de seu Editor, que não escondia a forte simpatia e desejo de seguir o exemplo da poesia e crítica de Eliot. Além de A. Lins, os únicos brasileiros publicados pela *Aventura* são: Cecília Meireles (poemas), Ribeiro Couto (poemas), por essa época, primeiro secretário da embaixada do Brasil em Lisboa, e Cícero Dias (desenho). Entre os autores portugueses, destacam-se: Sofia de Mello Breyner Andresen, Adolfo Casais Monteiro, Tomaz Kim, Vitorino Nemésio, Luís Forjaz Trigueiros, Diogo de Macedo.

para os jovens de sua geração: “foi aí por 1943 que apareceram, em Portugal, os primeiros volumes do *Jornal de Crítica*, de Álvaro Lins: os que eram então adolescentes tiveram a enorme surpresa de saber que havia, no Brasil, um grande crítico literário. [...] Assim, e decerto sem o saber, Álvaro Lins representou, para toda uma incipiente geração literária portuguesa, o papel de um mestre espontaneamente eleito” (GRAAL, nº 03, out/nov 1956, p. 325).

Por esta época, meados dos anos 1950, Álvaro Lins já tinha vivenciado uma segunda estadia em Portugal – como docente indicado pelo Itamaraty para assumir a regência de um curso livre, criado junto à Universidade de Lisboa, sobre história e cultura brasileira. É de se supor que, ao longo de 14 meses (chega em finais de novembro de 1952 e parte para o Brasil em janeiro de 1954), suas relações com os escritores locais tenha se ampliado e fortalecido de forma expressiva. O que David Mourão-Ferreira deixa entrever em seu depoimento é precisamente isto: a penetração do nome de Álvaro Lins entre jovens interessados nas coisas literárias e que o tomavam como uma referência a ser considerada em suas respectivas formações, que, de certa maneira, os ensinava a ler e apreciar alguns dos poetas e romancistas canônicos de então.

Afinal, teria sido aquele crítico que, “serena e profundamente”, falava aos imberbes poetas e escritores portugueses de Manuel Bandeira, André Gide, Graciliano Ramos, Antero de Quental, Jorge de Lima, Mallarmé, Proust, “e tantos outros nomes que principiávamos então confusamente a idolatrar” (GRAAL, nº 03, out/nov 1956, p. 325).

Nesta mesma linha se situa um longo e, sob mais de um aspecto, significativo artigo de Álvaro Salema, em um dos – se não o único – jornais diários abertamente contrários ao regime: *República* (REPÚBLICA, 07/03/1954, p. 01 e 07). Nome estreitamente ligado aos meios literários neorrealistas, onde já havia granjeado alguma projeção e respeito, A. Salema pode, por isso mesmo, no que diz respeito ao campo intelectual daqueles anos, ser tomado como situado no polo simetricamente oposto ao de António Quadros. Nesta exata medida, o que seu artigo sinaliza é o alcance da obra de A. Lins em meio à paisagem cultural portuguesa – que, virtualmente, teria logrado abranger todo o seu arco político-literário.

Salema começa seu artigo, intitulado “Despedida tardia a Álvaro Lins”, lastimando a “partida prematura do professor Álvaro Lins”, que, a seu ver, não viria a ser “lamentada somente pelos que puderam conhecer e apreciar de perto a sua rica e

insinuante personalidade intelectual. Hão de lamentá-la também os que esperavam da sua influência mais direta a sugestão benéfica de novos rumos para a crítica literária em Portugal” (REPÚBLICA, 07/03/1954, p. 01 e 07). Se, é certo, diz Salema, que sua influência poderia ter continuidade a partir da leitura de seus livros, que chegavam, a essa altura, sem dificuldades em Portugal, ainda assim, uma perda era insanável.

Caso não tivesse retornado ao Brasil²¹, seria de admitir que a “sua presença, as suas lições, a sua colaboração na Imprensa” – que, afirma Salema, “seria lícito desejar” –, “constituiriam, todavia, uma força talvez mais atuante na valorização da crítica, que é hoje em Portugal uma triste caricatura ou mesmo um desprezível arremedo da que se pratica em países seriamente civilizados.”²²

É visível que a estratégia argumentativa de Salema é a mesma que A. Quadros havia se servido 10 anos antes: fazer uso da autoridade reconhecida em Álvaro Lins para prover-se de armas e munições em suas guerras literárias – só que, agora, com o sinal trocado, visando adversários situados na fronteira oposta do espectro estético-ideológico. O que não deixa de ser digno de nota.

Entretanto, quando recordamos que foi por meio de veículos e personas intrinsecamente associadas ou contíguas ao regime, que se deu suas primeiras inserções em Portugal, constatar que, de um extremo ao outro, os escritores e os críticos literários portugueses estão se apropriando de Álvaro Lins e de sua obra para firmarem suas posições, e tomadas de posições (nos termos de Bourdieu), estéticas e políticas, para demarcarem seus espaços de atuação e referendarem suas escolhas, então podemos ver, com toda sua força, sua anexação a esse território, sua assimilação a um campo literário-intelectual. Só que, agora, não mais como um forasteiro, sôfrego por fazer-se conhecido – mas, sim, como alguém dotado de uma incontestada autoridade, de refinada cultura e saber. Um mestre.

²¹ Este artigo, é bom registrar, ecoa o momento em que A. Lins volta ao Brasil depois da experiência de professor, acreditado pelo Itamaraty junto à Universidade de Lisboa, conforme referido anteriormente.

²² A. Salema finaliza seu artigo com os seguintes comentários: “Pela harmonia das proporções, a finura da compreensão e da análise psicológica e estética, a elegância e vivacidade eloquente da forma, a obra crítica de Álvaro Lins é, realmente, uma obra de genuína arte literária. Mas, para além de tudo isso, vibra nela, fortemente, uma personalidade intelectual e moral em que se desvenda o homem de eminente nobreza e requintada civilização de espírito e de caráter que é o escritor Álvaro Lins”. *República*, 07/03/1954, p. 07. Há, nas referências à personalidade moral e ao caráter de A. Lins, alguns dos sinais que se encontravam um pouco aqui e acolá na imprensa portuguesa de que o crítico literário era também um homem de compromissos firmes com princípios democráticos e de justiça social; cujas relações, enfim, iam muito além do círculo inicial, mais adstrito ao regime.

Referências

Fontes Impressas (Jornais e Revistas)

- ACÇÃO – Semanário da vida portuguesa, Lisboa, 1941 a 1949.
 ATLÂNTICO (Revista). Lisboa: SPN, 1942 a 1950.
 AVENTURA – Revista bimestral de cultura. Lisboa, 1942 a 1944.
 BRASIL – Artes e Letras. Boletim mensal de artes e letras da Embaixada do Brasil em Lisboa, 1954 a 1956.
 GRAAL – Poesia, Teatro, Ficção, Ensaio, Crítica (Revista). Lisboa, 1956 e 1957.
 LER – Jornal de Letras, Artes e Ciências. Lisboa, 1952 a 1953.
 REPÚBLICA (Jornal Diário). Lisboa, 1952 a 1959.

Bibliografia

- ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de. As relações culturais luso-brasileiras em perspectiva: da gênese do ideário de comunidade à fundação da Revista Brasília (1822-1942). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Tomo XLVI, p. 281-300, 2015.
- BOLLE, Adélia Bezerra de Meneses. *A obra crítica de Álvaro Lins e sua função histórica*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- _____. *Campo de poder, campo intelectual: Itinerario de un concepto*. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CHORÃO, Luís Brigotte. *Asilo Político em tempos de Salazar*. Os casos de Humberto Delgado e Henrique Galvão. Lisboa: Edições 70, 2019.
- COUTINHO, Afrânio. *Da crítica e da nova crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- DELGADO, Humberto. *Memórias de Humberto Delgado*. Introdução e epílogo Iva Delgado. Lisboa: Dom Quixote, 2009.
- DO Ó, Jorge Ramos. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a "política do espírito", 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Estampa, 1999.
- GEORGE, João Pedro. *O meio literário português, (1960-1998)*. Miraflores: Difel, 2002.

HOLANDA, Lourival; FRANÇA, Humberto (orgs.). *Álvaro Lins: ensaios de crítica literária e cultural*. Recife: Ed. UFPE, 2007.

LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

MARTINS, Wilson. A crítica modernista. In: COUTINHO, Afrânio e COUTINHO, Eduardo de Faria (orgs.). *A literatura no Brasil*. 7 ed. rev. São Paulo: Global, 1999.

MEDEIROS, Nuno Miguel Ribeiro de. *Edição e editores portugueses: o mundo do livro em Portugal 1940-1970*. Lisboa: ICS-Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

NINA, Claudia. *Literatura nos jornais: A crítica literária dos rodapés às resenhas*. São Paulo: Summus, 2007.

PAIVA, Valéria da Silva. *Diálogo Cordial: Cultura Política, os intelectuais e as letras no Estado Novo*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

PAULO, Heloisa Helena de Jesus. A questão do Brasil na propaganda do Estado Novo. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 14, p. 425-438, 1992.

PAULO, Heloisa; TORRAL, Luís Reis. Cidadania, nacionalismo e propaganda política. In: PEIXINHO, Ana Teresa, CAMPONEZ, Carlos, VARGUES, Isabel, FIGUEIRA, João (orgs.). *Mídia e espaço público*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 169-188.

PEREIRA, Fábio. *Jornalistas-intelectuais no Brasil*. São Paulo: Summus, 2011.

PIRES, Daniel. *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941 - 1974)*. Vol. II (Tomos I e II), Lisboa: Grifo, 2000.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. Inquietudes da crítica literária militante de Antônio Candido. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 23, n. 2, p. 41-70, 2011.

ROCHA, Clara Crabbé. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Crítica literária: em busca do tempo perdido?*. Chapecó: Argos, 2011.

ROSA, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de. *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. II, Lisboa: Bertrand, 1996.

SIMÕES, João Gaspar. Saudação a Álvaro Lins. *Letras e Artes – Suplemento de A Manhã*, Rio de Janeiro, 1952.

SÜSSEKIND, Flora. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna. In: SÜSSEKIND, Flora. *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

TORGAL, Luís Reis. “Literatura oficial” no Estado Novo: os prémios literários do SPN/SNI. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n. 20, p. 401-420, 1999.

TORGAL, Luís Reis. *Estados novos, estado novo*: ensaios de história política e cultural, vol. II. 2ª edição, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TRIGUEIROS, Luís Forjaz. “Trinta anos de cultura nacional”. *Panorama*, nº 2, junho de 1956.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.